



TÓQUIO 2020: RUMO AO FUTURO: “TAILOR-MADE SOLUTION”

**TÓQUIO 2020
RUMO AO FUTURO: “TAILOR-MADE SOLUTION”**

ANTÓNIO JOSÉ SILVA¹

¹ Prof. Catedrático Departamento Ciências Desporto, Exercício e Saúde da UTAD; Vice-Reitor para Ciência Tecnologia e Inovação na UTAD; Membro do Conselho Nacional Educação (CNE); Membro do Conselho Nacional do Desporto (CND); Presidente do Conselho Científico da Rede Euro Americana de Motricidade Humana; Presidente da Federação Portuguesa de Natações.



TÓQUIO 2020: RUMO AO FUTURO: “TAILOR-MADE SOLUTION”

TÓQUIO 2020 RUMO AO FUTURO: “TAILOR-MADE SOLUTION”

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| SINOPSE | 3 |
| INTRODUÇÃO..... | 3 |
| RESULTADOS NO CONTEXTO DAS DIFERENTES EDIÇÕES DOS JOGOS..... | 4 |
| FATORES CONDICIONANTES RESULTADOS DESPORTIVOS NAS VÁRIAS EDIÇÕES JOGOS | 5 |
| ECONÓMICOS | 5 |
| POLÍTICA DESPORTIVA NACIONAL: RESULTADOS VS. MASSIFICAÇÃO..... | 7 |
| RECOMENDAÇÕES | 9 |
| CONCLUSÕES | 13 |



TÓQUIO 2020

RUMO AO FUTURO: “TAILOR-MADE SOLUTION”

“Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos, mas um vagar calculado e deduzido, um silogismo completo: a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão”

(Dom Casmurro, Machado de Assis).

SINOPSE

Na ressaca dos Jogos Olímpicos (JO) Rio2016, cuja análise pode ser extensiva aos jogos paralímpicos, importa refletir e perspetivar o futuro do rendimento desportivo em vista à preparação dos próximos JO, com maior ênfase em Tóquio 2020.

Importa realçar o papel determinante de todos os fatores que condicionam o resultado desportivo com especial incidência nas organizações desportivas que podem contribuir para a promoção dos resultados desportivos, assim como a ligação dos vários subsistemas interdependentes.

Em termos genéricos, o modelo pressupõe a existência de desportistas com potencial para o rendimento desportivo (1); de um contexto social a montante que possibilite a dedicação (2); de condições de treino propícias (3). Em termos específicos, pressupõe a existência de uma abordagem *Tailor-made*: fato feito à medida.

INTRODUÇÃO

A participação Olímpica resultou de uma parceria entre o COP e as Federações Desportivas Nacionais com o apoio financeiro e institucional do Estado Português (Diário da República, 2.ª série — N.º 33 — 17 de fevereiro de 2014, onde se pressupunham os seguintes objetivos:

1. Assegurar a otimização das condições de preparação dos praticantes ou seleções nacionais que reúnam condições para atingirem resultados de excelência;
2. Proporcionar aos praticantes desportivos abrangidos pelo Projeto Rio 2016, as condições de preparação necessárias para que possam atingir os seguintes objetivos desportivos:
 - a. 25% dos Atletas integrados no Nível 1 alcancem classificações de pódio;
 - b. 50% dos Atletas integrados no Nível 2 alcancem classificações de finalista;
 - c. 80% dos Atletas de Nível 3 alcancem classificações de semifinalista.

Os atletas e treinadores integrados no Programa de Preparação Olímpica (PPO) possuíam, para além da bolsa mensal em conformidade com o grau e integração devidamente indexado ao objetivo, verbas de apoio à preparação (até 30 000 euros) que correspondiam:



1. À participação às federações nos encargos da preparação e participação competitiva dos praticantes, treinadores, equipa técnica ou outros técnicos;
2. Ao enquadramento técnico: apoio financeiro aos treinadores, equipa técnica ou outros técnicos diretamente envolvidos no processo de preparação não podendo o apoio sobrepor-se a outros financiamentos ao abrigo da medida de apoio financeiro ao desporto federado.

Para além do PPO, todos os restantes atletas de alto rendimento deveriam estar integrados num Plano de Alto Rendimento Desportivo (PAR), onde usufruiriam (dependente das federações desportivas que os tutelam):

1. Verbas que se podem constituir como uma bolsa mensal de preparação, suplementos nutricionais e um *plafond* individual anual para apetrechamento, estágios de preparação e apoio à participação em competições internacionais que não de seleção nacional;
2. Acesso aos serviços de equipas multidisciplinares constituídas, compostas por treinadores, médicos, fisioterapeutas, massagista, dietista/nutricionista, fisiologista, psicólogo, biomecânica e outros técnicos de apoio.

Não obstante estes aspetos, importa relevar que:

1. Quer os PPO e PAR foram desenhados para uma realidade social e económica de Portugal dos anos 80 e 90 quando os clubes apoiavam muito os melhores atletas nacionais. Hoje e com a crise de permeio, esse apoio é muito mais reduzido ou inexistente, apesar das condições de apoio aos atletas de alto rendimento por parte do estado português nunca terem sido tão boas como hoje (apesar do desfasamento com as principais potências mundiais);
2. Os clubes, células básicas que historicamente têm mantido o desporto de competição em Portugal, são ignorados nestes programas;

Não obstante, há outros aspetos para além dos económico-financeiros, que urge aduzir e que influenciam a preparação e os resultados dos atletas de alto rendimento.

RESULTADOS NO CONTEXTO DAS DIFERENTES EDIÇÕES DOS JOGOS

Em termos puramente paramétricos e com base na aferição dos objetivos, o contrato programa para os Jogos Rio 2016 definia: i) duas posições correspondentes aos três primeiros lugares [medalhas] conseguiu uma, ii) 12 posições correspondentes aos lugares compreendidos entre o 4.º e o 8.º, conseguiu 10; iii) entre o 9.º e o 12.º, cerca de 12 posições e conseguiu 15.

Apesar desta análise objetiva, assistiu-se a uma melhoria clara dos nossos atletas em várias modalidades, não especificada nos números. Para além dos lugares de pódio, obtivemos um 4.º, um 5.º e um 6.º lugar em canoagem, um 5.º lugar no ténis de mesa, um 5.º lugar no triatlo, três 6.ºs lugares no atletismo, um 7.º lugar no contrarrelógio e um 10.º na prova de estrada no ciclismo. Isto para além de



muitos outros resultados meritórios, como um 9.º lugar no hipismo e no taekwondo, dois 11.ºs no tiro, um 11.º nos trampolins e um 12.º na natação.

Tabela 1: Evolução dos resultados desportivos nas várias edições Jogos.

| Melhores Participações | Medalhas | Diplomas | Até 16º | Atletas | Países | Classificação Mundial (Europeia) |
|-------------------------------|----------|----------|---------|---------|--------|----------------------------------|
| Rio 2016 | 1 | 10 | 16 | 92 | 207 | 78º |
| Londres 2012 | 1 | 9 | 29 | 76 | 206 | 69º (32º) |
| Pequim 2008 | 2 | 7 | 24 | 77 | 204 | 47º (27º) |
| Atenas 2004 | 3 | 10 | 22 | 81 | 201 | 60º (31º) |
| Sidney 2000 | 2 | 6 | 21 | 61 | 199 | 69 (34º) |
| Atlanta 1996 | 2 | 6 | 23 | 107 | 197 | 47º (27º) |
| Barcelona 1992 | 0 | 5 | | 101 | 169 | |
| Seul 1988 | 1 | 1 | | 64 | 159 | 29º (19º) |
| Los Angeles 1984 ^L | 3 | 3 | 10 | 37 | 140 | 23º (13º) |

Os resultados desportivos podem ser lidos e avaliados por diversos critérios que se podem enquadrar no conceito de “Melhoria qualitativa global nos Jogos Olímpicos do Rio 2016”, que superam em larga escala aquilo que são os níveis de prática desportiva e o investimento subjacente à preparação, quer do alto rendimento de uma forma genérica, quer Olímpica.

FATORES CONDICIONANTES RESULTADOS DESPORTIVOS NAS VÁRIAS EDIÇÕES JOGOS OLÍMPICOS

Melhorámos consideravelmente o nosso nível desportivo. Mas num meio tão competitivo e com cada vez maior densidade de prática à escala global, parece que “os outros” melhoraram mais do que nós.

Têm razão os que se questionam se o sistema desportivo português é realmente potenciador de resultados de excelência, sobretudo nos aspetos mais básicos e estruturais: o famoso “modelo”.

ECONÓMICOS

São vários os estudos que referem algumas variáveis determinantes no potencial de um país no que diz respeito ao número de medalhas em JO e, transversalmente, a demografia e a economia parecem tomar conta da distribuição das medalhas.



Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a China, a Rússia, a Alemanha, o Japão, a França, a Coréia do Sul, a Itália e a Austrália fixaram o top-10 destes JO, praticamente todas as principais economias mundiais. E todos estes países com mais de 50 milhões de habitantes, com exceção da Austrália.

Parece difícil, senão impossível, para Portugal, 86.º país em termos de população, com o 51.º maior PIB do mundo, o 36.º PIB *per capita*, chegar aos números de medalhas destas grandes potências.

Muitos acreditam que, apenas com 10 ou 11 milhões de habitantes, Portugal nunca será um país relevante no desporto olímpico. Conclusão falaciosa quando analisamos alguns exemplos, inspiradores, de pequenos países que, apesar de muito diferentes uns dos outros e de não serem grandes potências económicas mundiais, conseguiram os resultados de relevo no Rio 2016:²

Tabela 2: resultados Jogos Rio 2016 e indicadores demográficos e económicos.

| País | Lugar | Medalhas | Demografia | GDP/PC |
|---------------|-------|---|----------------------|--------|
| Holanda | 11º | 19 medalhas, 8 de ouro | 17 M de habitantes | 46,374 |
| Hungria | 12º | 15 medalhas, 8 de ouro | 10 M de habitantes | 19,800 |
| Croácia | 17º | 10 medalhas, 5 de ouro | 4,2 M de habitantes | 17,800 |
| Cuba | 18º | 11 medalhas, 5 de ouro, 2 de prata, 4 de bronze | 11.2M de habitantes | 10,200 |
| Nova Zelândia | 19º | 18 medalhas, 4 de ouro | 4,4 M de habitantes | 41,55 |
| Cazaquistão | 22º | 17 medalhas, 3 de ouro, 5 de prata, 9 de bronze | 17.7M de habitantes | 14,100 |
| Grécia | 26º | 6 medalhas, 3 de ouro | 11 M de habitantes | 23,600 |
| Dinamarca | 28º | 15 medalhas, 2 de ouro | 5,6 M de habitantes | 52,115 |
| Sérvia | 33º | 8 medalhas, 2 de ouro | 7 M de habitantes | 11,100 |
| Eslováquia | 37º | 4 medalhas, 2 de ouro, 2 de prata | 5.4M de habitantes | 24,700 |
| Lituânia | 64º | 4 medalhas, 1 de prata e 3 de bronze | 2.8M de habitantes | 22,600 |
| Portugal | 78º | 1 Bronze | 10.3 M de habitantes | 22.900 |

O que estes dados indicam é que independentemente dos fatores económicos (PIB *per capita*) o Investimento público (orçamento do Estado para a atividade desportiva) é insuficiente, não só para a realidade atual se tomarmos em linha de conta o valor económico do desporto, mas sobretudo numa perspetiva de desenvolvimento desportivo que deveria constituir uma prioridade nacional, facto este que deve ser aliado ao problema das dessincronias do investimento público relativo ao Alto Rendimento (regulado pelo Governo/IPDJ) e à preparação olímpica (regulado pelo Comité Olímpico)

Em termos sociopolíticos, desde que vieram a público os resultados da conta satélite, o desporto é considerado na sua dimensão mais global, uma entidade muito “apetecível” pelos mais diversos quadrantes sociais. O Instituto Nacional de Estatística divulgou recentemente os resultados da CSD para o triénio 2010-2012, concluindo resumidamente que: (1) o desporto representou em média 1,2% do

² Contexto externo para o resultado desportivo



Valor Acrescentado Bruto (VAB); e (2) 1.4% do emprego (Equivalente a Tempo Completo - ETC) da economia portuguesa; sendo que a dimensão económica é semelhante ao ramo da metalomecânica, informática, vestuário, arquitetura e engenharias e técnicas afins³.

Revelam também que não é a demografia geral que afeta os resultados, mas sim a demografia desportiva, num país com uma das maiores taxas de sedentarismo na Europa e um dos números mais baixos de desportistas federados, a rondar os 600 mil (incluindo os 32 mil do campismo e os 10 mil da columbofilia).

POLÍTICA DESPORTIVA NACIONAL: RESULTADOS VS. MASSIFICAÇÃO

A importância do desporto e das organizações tutelares não se mede, ao contrário do que muitos afirmam pela sobrevalorização, num contexto circunstancial, dos resultados desportivos de nível internacional quando resultam da comparação alegórica, injusta e desproporcionada de desportos com diferentes taxas de densificação competitiva e representatividade internacionais.

À luz da competitividade internacional e da nossa evidente escassez de recursos, não faz sentido que o apoio público dado a cada modalidade tenha como critério base o número de atletas envolvidos, assim como o nível de apoio a cada atleta seja igual, pois existem diferenças substanciais quer na importância dos títulos internacionais⁴, face à densificação competitiva das diferentes modalidades, quer ainda nas necessidades de preparação que decorrem das especificidades próprias de cada modalidade.

A filosofia populista da valorização absoluta da medalha, independentemente do seu valor relativo ou do valor relativo de outras posições na classificação de uma competição, é algo com que temos convivido em Portugal, erradamente a par do preocupante problema da falta cultura de exigência e de mérito social.

A independência dessa valorização absoluta de uma análise contextual do fenómeno desportivo é ainda mais gritante ao ponto de haver uma total ausência de pensamento estratégico relativo ao desporto, complacientemente aceite pela maior parte dos intervenientes no sistema desportivo.

Este estado de coisas radica num atraso cultural em tudo o que se refere ao Desporto, em comparação com a esmagadora maioria dos outros países europeus e/ ou mundiais.

³ A nível da União Europeia (UE), o desporto constitui um setor económico de importância significativa, representando 1.76% do valor acrescentado bruto da EU, com uma quota parte nas economias nacionais comparável à dos setores da agricultura, da silvicultura e das pescas combinados. No que diz respeito ao mercado de trabalho, o emprego relacionado com o desporto representa 2.12% do emprego total na UE.

⁴ Em certas modalidades ser campeão europeu equivale quase a ser campeão do mundo, enquanto noutras o campeão europeu raramente tem hipóteses frente ao campeão asiático ou americano.



Quais são as características basilares de bloqueio do nosso "sistema"?

Fatores de bloqueio entre sistema Educativo vs. Sistema desportivo:

1. Desvalorização progressiva da Educação Física e do Desporto Escolar (DE) no seio do ensino básico, diferentes ciclos de ensino, e secundário;
2. Não obstante uma maior aproximação entre DE e Federado, a ausência de uma integração coordenada, salvo honrosas exceções;
3. Ausência de ensino articulado do Desporto, a exemplo do que acontece com o ensino da Música e da Dança (projetos educativos desportivos);
4. Enormes dificuldades do sistema educativo (com graus diferentes dependendo dos estabelecimentos de ensino e das zonas do país) em responder positivamente às disposições legais de proteção aos atletas de Alto Rendimento;
5. Problemas, com particular acuidade no ensino superior, com obstáculos levantados a atletas de Alto Rendimento numa fase da sua carreira em que é necessária uma dedicação especial para atingir rendimentos desportivos excepcionais, cumulativos com a ausência de um real enquadramento favorável à manutenção de carreiras duais (criação do estatuto estudante e atleta alto rendimento desportivo, por exemplo).

Fatores de bloqueio entre as organizações desportivas e o desporto rendimento:

1. Dispersão de organismos reguladores da atividade desportiva (COP, CDP, CPP, IPDJ) e quase total falta de coordenação entre os poderes centrais, delegados (federações) e autárquicos, com efeitos devastadores na capacidade de ser iniciado um processo de pensamento estratégico de desenvolvimento desportivo;
2. Apesar de um inequívoco voluntarismo das Federações, ausência de uma organização e princípios orientadores comuns, e à troca de experiências.

Fatores de bloqueio entre Sistema Laboral e sistema desportivo:

1. Apoio às carreiras duais, no processo de preparação desportiva;
2. Salvaguarda da estabilidade profissional/emprego no pós-carreira (competir com sistemas altamente profissionalizados de uma forma amadora).

Fatores de bloqueio dentro do próprio Sistema Desportivo:

1. Apesar do índice de participação desportiva ter subido nos últimos anos, ainda não possuímos um número mínimo/suficiente (massa crítica) de praticantes para a obtenção de grandes resultados, de uma forma consistente e tendente à construção de uma indústria potenciadora de visibilidade e apoios relevantes:



- a. O número de atletas e clubes dedicados não permite que haja um conjunto alargado de treinadores que se dedique a 100%;
 - b. O número de atletas de alto rendimento ainda não é tal que permita, por um lado, a partilha de um estilo de vida comum para que as carreiras possam ser mais longas e, por outro, que permita a competitividade interna importante para se chegar ao nível dos melhores.
2. Condições potenciadoras do alto rendimento (infraestruturas públicas; de apoio médico e de controlo de treino), especificando:
- a. Falta de uma coordenação “top-Down” relativamente às medidas concertadas para o alto rendimento o que faz com que as soluções não resultem de uma organização que potencie essas estruturas, mas apenas de iniciativas isoladas, seja das Federações, de clubes, técnicos ou atletas;
 - b. A ausência de estruturas de controlo e avaliação do estado de preparação e consequentemente de aferição dos objetivos e análise do investimento público o que impede a confirmação da eficácia da preparação;
 - c. Indisponibilidade de instalações desportivas especializadas adequadas em determinadas (muitas) modalidades desportivas (caso da nataação e treino em piscina de 50m);
 - d. Falta de sofisticação das instalações desportivas de qualidade que existem em cada uma das modalidades, que permitam o desenvolvimento de talentos, sobretudo em atividades mais técnicas e dependentes de alguma tecnologia.

Estas são apenas algumas das muitas questões que se poderiam colocar.

RECOMENDAÇÕES⁵

Quando olhamos para os resultados finais dos três últimos Jogos Olímpicos, verificamos que há, em média, 86 países que ganham medalhas e 119 que não ganham. Portugal tem que decidir se quer fazer parte do primeiro ou do segundo grupo.

Se queremos ganhar medalhas tem que se iniciar desde já a preparação para esse objetivo, e não ficar quatro anos à espera. Nos países do topo da lista, as medalhas planeiam-se à distância de dois ou três ciclos olímpicos e, cada vez mais, exigem um trabalho profissional e competente a todos os níveis.

O Projeto de Preparação Olímpica tem que ter subjacente um plano estratégico devidamente especificado, com objetivos bem definidos, metas, cronogramas de concretização e resultados esperados, a três ciclos. Implementar esse projeto de forma sistemática e consistente, devidamente enquadrado no programa e alto rendimento desportivo.

Há que aumentar a capacidade de dar resposta às necessidades nacionais e competir à escala internacional, valorizando a função institucional e de coesão territorial e o esforço de integração de instituições num programa plurianual de estratégia organizativa. Estes devem ser os termos em que se

⁵ Separar as que dependem de um plano estratégico a prazo (3 ciclos olímpicos) e as que dependem das medidas imediatas para Tóquio 2020.

deve pensar o desenvolvimento desportivo: deixar de haver um centro único e tudo passar a funcionar em rede e de forma sistemática.

As especificações genéricas do plano estratégico para o alto rendimento desportivo, no qual se inseriria o PPO, deveriam ser acomodadas por todas as entidades com princípios simples e comuns:

1. Acomodar a passagem de um modelo unidimensional do desporto de rendimento para um modelo pluridimensional que integre a formação, a competição, o rendimento, a recreação e o lazer, no seio e no âmbito das organizações desportivas;
2. Acomodar a passagem de um foco unipolar, o clube, para um regime multipolar que integre a escola, o clube, o sector privado, entre outros, pela internalização de competências adstritas a várias áreas: sistema educativo; sistema desportivo; economia; turismo.
3. Afirmar a Administração Pública para o Desporto como entidade pró-ativa, prestadora de serviços, designadamente junto das Federações Desportivas, Clubes e Câmaras Municipais, criando para isso a necessária massa crítica.

Óbvio que o modelo carece de uma dotação específica da tutela para as organizações desportivas ao nível de recursos humanos, logísticos e financeiros.

Tóquio 2020

A questão central do alto rendimento desporto, no qual se insere o PPO, é a capacidade de proporcionar aos desportistas as condições ideais para se poderem dedicar ao processo de preparação desportiva.





Em termos sistémicos, cabe às organizações proporcionar estas condições.

Algumas das medidas mais paradigmáticas que o estado pode proporcionar para um contexto social adequado e dedicação prioritária devem passar por três níveis de intervenção básicos: i) consenso quanto à filosofia do modelo de alto rendimento desportivo em Portugal; ii) disponibilização das condições contextuais sociais no alto rendimento; iii) disponibilização das condições de treino no alto rendimento. Tudo isto numa abordagem paradigmática completamente diferente da tradicional.

Daí a designação do **Tailor-made solution**: fato feito à medida. A decisão sobre as necessidades do estado de preparação de um desportista projetadas a 4 anos (Tóquio 2020) devem ter subjacentes as REAIS necessidades do desportista e do seu envolvimento devidamente balizadas pela regra que constitui o enquadramento legal.

Nos fatores que determinam a sua evolução esperada, o que é necessário para que lhes sejam proporcionadas as condições ideais, face aos condicionalismos e limitações existentes, para que se possa exigir a melhoria gradual do seu rendimento.

É óbvio que a existência paralela de medidas que sistematizem a via normal/regular devem ser adotadas, por forma a criar o necessário “caldo” de cultura institucional e organizativa para que os atletas excecionais possam demonstrar a sua qualidade não como resultado da espontaneidade, mas sim da organização.

Em termos de filosofia global do projeto:

1. Consensualizar a implementação de uma filosofia comum, devidamente contratualizada entre estado, COP e federações desportivas, com definição de objetivos partilhada, assim como grau de comprometimento especificado, coordenando as competências existentes entre os diferentes organismos do sistema desportivo e o grau de responsabilidade e atribuições.
2. Necessidade de integrar o PPO no âmbito do alto rendimento, por forma a não existirem descontinuidades entre os dois programas:
 - a. O PPO deverá estar enquadrado na estratégia global do alto rendimento desportivo;
 - b. Definição por parte do Estado dos apoios ao PAR desenhados e regulados nos mesmos moldes do PPO permitindo a passagem de uns para os outros.
3. Necessidade de um maior compromisso, avaliação da preparação e acompanhamento dos atletas integrados no Projeto Olímpico, de forma a permitir que a prestação no ciclo olímpico possa indiciar um bom resultado na Olimpíada, tendo sempre presente a imprevisibilidade do Desporto.
4. Maior assunção das responsabilidades por parte das federações com as suas obrigações devidamente contratualizadas, procedendo a ajustamentos financeiros decorrentes, quer do plano de ação apresentado, quer do grau de comprometimento e cumprimento dos objetivos anteriores propostos, especificamente:



- a. Exigir a cada federação a definição e aprovação junto da tutela de um plano de ação integrado a 1/2/3 ciclos olímpicos com a estratégia para cada modalidade e à qual estariam subjacentes os contratos programas plurianuais/anuais que integre;
- b. Definição clara e concreta dos grupos de apoio aos diferentes projetos (talentos, 2028; esperanças olímpicas, 2024; olímpicos, 2020), potenciando de forma estratégica aquilo que são as nossas condições naturais, infraestruturais, técnicas e humanas;
- c. Assunção perante a tutela e entidades gestoras dos projetos objetivos claros e realistas, implementando mecanismos de controlo que permitam controlar se a gestão está a ser eficaz.

Ao nível das condições contextuais de enquadramento social:

1. Valorizar social e mediaticamente os nossos talentos, aumentando a sua visibilidade;
2. Trabalhar com as Instituições de Ensino Superior/Sistema Laboral potenciando as carreiras duais, possibilitando o treino e a atividade escolar/laboral;
3. Contratualizar com entidades da administração pública ou da sua esfera (parecerias PP e outras) protocolos que sirvam de suporte ao início da carreira profissional dos atletas e/ou à sua continuidade, como existe hoje em França, Itália/Brasil;
4. Reforçar o apoio aos treinadores/atletas, integrando na solução o apoio público (estado central; COP; federações e local, autárquico) e o privado (clube), valorizando:
 - a. Os desportistas de alto rendimento/olímpicos como modelos sociais à escala global;
 - b. A desoneração laboral dos treinadores de desportistas nestas condições.
5. O reforço do apoio aos Clubes/dirigente desportistas com atletas de alto rendimento desportivo⁶, mediante:
 - a. A certificação de clubes com critérios exequíveis de avaliação, valorizando o seu papel no âmbito do rendimento face às suas valências e desportos;
 - b. A isenção fiscal pela contribuição majorada para a constituição de seleções nacionais e outros critérios⁷;
 - c. O reforço do estatuto do dirigente associativo, ou voluntário, permitindo que a inclusão em projetos desportivos seja valorizada no ensino superior e/ou mercado de trabalho/formação tutelada (suplemento ao diploma);

⁶ Os Clubes desportivos, célula básica do desenvolvimento desportivo do País, encontram-se completamente abandonados, não recebendo apoios nem do Estado nem, de um modo geral, das Federações, que deles vivem e prosperam. O desporto em geral vive da iniciativa dos clubes, dos seus sócios e dos dirigentes locais, não existindo mecanismos instituídos de financiamento pelo Estado. Como tal, deveriam de ser inscritos outros mecanismos de apoio direto e/ou indireto por parte da administração pública.

⁷ Apoio à resolução de problemas sociais, menores provenientes de famílias carenciadas.



Por parte das condições relacionadas com contexto de treino⁸:

- a. Coordenar e agilizar a utilização de infraestruturas desportivas públicas por parte dos atletas de alto rendimento desportivo;
- b. Desonerar os custos de utilização por parte dos desportistas de alto rendimento desportivo nas excelentes infraestruturas existentes nos diferentes CARS no País;
- c. Criar uma estrutura nacional de controlo e avaliação do processo de treino com valências ajustadas às necessidades dos desportistas de alto rendimento desportivo, integrando nesta estrutura os centros de medicina desportiva; o CAR Jamor; os CARS's nacionais e os laboratórios adstritos às Instituições de Ensino Superior (IES);
- d. Criar condições para deslocalizar (estágios de curta, média e longa duração), os nossos atletas de alto rendimento desportivos para sistemas de preparação desportiva com resultados comprovados à escola olímpica.

CONCLUSÕES

O desporto Português está dotado já do melhor enquadramento jurídico, salvos exceções pontuais, para dar cobertura às necessidades de apoio aos atletas de alto rendimento desportivo nos quais se incluem os integrados no PPO. O que falta é a análise circunstancial caso a caso e respetiva operacionalização no concreto, enquanto o próprio sistema não encontrar formas (sistema somos nós) de o obrigar na sua regra.

Os recursos disponíveis, na componente e financiamento público existente, têm sido majorados de ciclo a ciclo na medida das disponibilidades existentes. É necessário: i) um ajustamento necessário das verbas disponíveis à realidade do PPO e à sua concretização, tendo em consideração que são as federações as responsáveis pela implementação do mesmo⁹; ii) captação de financiamento público/privado na esfera do alto rendimento potenciada pelo estado.

O desporto Português possui atletas e equipas com condições de disputar os lugares de pódio olímpico a cada quatro anos. Estes são a exceção e, como tal, é como exceção que devem ser tratados. A abordagem *tailor-made* é a via mais rápida que permitirá definir as reais necessidades de preparação e de política redistributiva face à real necessidade, igualdade e equidade.

As quatro perguntas que, neste âmbito, devem ser feitas e as respostas que podem ser escrutinadas são óbvias de tao simples:

Aos desportistas: O que precisam para serem melhores em 2020 do que foram em 2016?

⁸ Dec-Lei 45_2013_selecções nacionais; Decreto-Lei n.º 272-2009 de 1 de Outubro - Define as medidas específicas de apoio ao AR; Despacho n.º 10124-2010 Modelo contrato a outorgar entre IDP e Praticante de AR; Portaria n.º 325-2010 de 16 de Junho - define critérios de acesso ao nível C.

⁹ Em termos médios o financiamento às Federações diminuiu 27% de 2012 a 2016.



Às Federações desportivas: Face às necessidades dos desportistas, qual a dotação que precisam para o necessário enquadramento técnico-organizativo em termos desportivos e outras condições para além das desportivas?

À entidade gestora /COP: face às necessidades dos desportistas e das federações o que precisam em termos de financiamento direto e outros mecanismos de agilização de procedimentos desportivos e extradeporativos?

Ao estado: Validam os objetivos e a estratégia? Então de que esperam para passar o cheque e criar as condições de sucesso?